

# *Pirenópolis/GO: de antigas Minas de Nossa Senhora do Rosário a circuito de turismo nacional*

MARIA IDELMA VIEIRA D'ABADIA<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Goiás

MILENA D'AYALA VALVA<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Goiás

JOÃO GUILHERME DA TRINDADE CURADO<sup>3</sup>

Universidade Estadual de Goiás

**RESUMO:** O universo urbano de Pirenópolis, antiga Meia Ponte, como palco da investigação proposta, será analisado em três momentos específicos: a mineração, a agropecuária e o turismo. A perspectiva de análise, pautada em discussões estabelecidas a partir da sociedade pirenopolina, compõe a historicidade da constituição espacial do núcleo urbano minerador quase que esvaziado durante o período dedicado à agropecuária, mas que por estar no “entroncamento” de caminhos acabou colaborando para a manutenção e a preservação dos aspectos arquitetônicos e urbanísticos que posteriormente foram reconhecidos como patrimônio nacional, o que também incentivou o turismo local, responsável pelas transformações atuais. Propomos três abordagens sobre o mesmo espaço geográfico, Pirenópolis, em distintos tempos históricos e com olhares interdisciplinares, pretendendo, assim, refletir sobre a evolução do espaço urbano, do século XVIII ao século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pirenópolis, Espaço Urbano, Preservação.

**ABSTRACT:** The urban universe of Pirenópolis, formerly known as Meia Ponte, will be the stage of the proposed investigation and analyzed in three specific moments: mining, agriculture and tourism. The perspective of analysis based on discussions established from Pirenópolis society compose the historicity of the spatial constitution of the mining urban nucleus, which once almost emptied the city during the period dedicated to agriculture and livestock. However, on account of being located at the “junction” of paths, it collaborated in the maintenance and preservation of architectural and urban aspects that later were recognized as a national heritage; it also encouraged local tourism, which is responsible for the current transformations. We propose three approaches to the same geographical space, Pirenópolis, in different historical periods and with interdisciplinary views, aiming, thus, to reflect on the evolution of urban space from the 18th to the 21st century.

**KEYWORDS:** Pirenópolis, Urban space, Preservation.

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) no Programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, Projeto: Religiosidade popular nas antigas terras de Bonfim e Meia Ponte, PrP/UEG. E-mail mariaidelma66@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Projeto, Espaço e Cultura pela Universidade de São Paulo (FAU-USP). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) no Programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado e no curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: midayala@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor efetivo da SEDUC/GO. E-mail: joaoguilherme@gmail.com

## Introdução

Historicamente em Goiás, os primeiros núcleos urbanos se formaram e se desenvolveram sobre o domínio da expansão mineradora característica do século XVIII, seguindo a trajetória do que já havia acontecido em outras regiões do Brasil, como Minas Gerais (1693) e Mato Grosso (1719). Nesse período, na região das minas de Goiás vários arraiais foram surgindo em decorrência da exploração do ouro, atividade que avançava com vigor pelo interior do Brasil. É dessa época a estruturação no Estado de aglomerados como Vila Boa de Goiás (1727), Meia Ponte (1727), Pilar de Goiás (1736), Santa Luzia (1746) dentre outros.

Nesse artigo focaremos na evolução do antigo Arraial de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte (atual Pirenópolis), destacando as características históricas e urbanas no decorrer de seu desenvolvimento, e na estreita relação com as atividades econômicas estabelecidas ali. Para tanto, o artigo se estrutura em três partes: a primeira narra a ocupação oficial e a solidificação urbana decorrente do processo mineratório em Goiás, em geral e no arraial de Meia Ponte em particular; a segunda apresenta o desenvolvimento do tecido urbano durante o período em que a comunidade local se dedicou à agropecuária, e na terceira enfatiza-se os desdobramentos históricos e urbanos ocorridos na cidade nas últimas décadas com o advento do turismo. Posteriormente apresentamos considerações sobre as alterações na estrutura da cidade ocorridas no decorrer das passagens da mineração para o turismo, e sobre as ações atuais que repercutem no ambiente físico e sociocultural.

197

O sítio histórico urbano é entendido aqui como recomenda a Carta de Petrópolis, isto é, uma parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens construída e natural, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação” (IPHAN, 1995a, p. 329). Nesse sentido, a atenção dispensada à atividade turística, fator de atual de destaque em Pirenópolis, é de fundamental importância para compreender as tensões e as repercussões positivas e negativas visíveis na realidade material preservada da cidade.

As investigações partem do conjunto urbano construído ao longo do tempo e que está sob a tutela do tombamento desde a década de 1990, além de estudos diversos sobre o conjunto urbanístico, desde tempos pretéritos até intervenções e projetos atuais que visam não só a perpetuação do sítio inicial, mas também alterações e expansões que atendam às demandas recentes de ocupação do solo urbano de Pirenópolis.

## Princípios urbanos na efemeridade do ouro — o aparecimento de Meia Ponte

O Brasil desde o seu descobrimento passou por experiências características no seu processo de colonização, refletindo em seu território as diversas tentativas de exploração e materialização de seu espaço urbano utilizando formas diferentes de ocupação. Após a prática do extrativismo na costa nordestina (FAUSTO, 1995), seguida pela monocultura agrícola relatada — dentre outros — por Freyre (2006), o interesse da Colônia se deslocou para o interior do Brasil pela busca de minérios, em específico o ouro, fenômeno impulsionador do surgimento de vários núcleos urbanos nesse sertão brasileiro. A partir de Minas Gerais o metal nobre propiciou a ocupação exploratória em direção ao Centro Oeste (MELLO E SOUZA, 1986).

Esta economia do ouro propiciou não só a ocupação do interior do Brasil, mas contribuiu significativamente com a transferência do poder administrativo de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, o que propiciou nova dinâmica de posse de áreas antes desabitadas.

Várias Bandeiras de reconhecimento circularam desde pelo menos 1590-1593 — pelo que viria posteriormente a ser Goiás, foram autorizadas e incentivadas pelo governo português, conforme Palacín e Moraes (2008), a assumir a posse das terras e deram origem a arraiais como o de Sant'Ana, o primeiro elevado a condição de vila doze anos após sua descoberta em 1722 (PALACÍN, 1994). Ainda na terceira década do século XVIII, precisamente no início de outubro de 1727, Manuel Rodrigues Tomar — companheiro de Bartolomeu Bueno da Silva, o fundador de Sant'Ana — descobriu ouro às margens do Rio das Almas e estabeleceu no lugar, as Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte (JAYME, 1971).

O desenvolvimento da mineração em territórios interiores, de acordo com Reis (2000), permitiu a formação de áreas de colonização com população totalmente urbana. O controle, a implantação e o desenvolvimento desses centros urbanos eram exercidos pela Coroa através de uma política centralizadora econômica e administrativa. Apesar do controle, Coelho (2001) alerta que no processo de ocupação do território goiano no século XVIII não existiu uma elaboração racional para o surgimento dos núcleos urbanos. Por aqui, tudo estava atrelado à existência e à duração dos veios auríferos, e de alguma maneira ligado ao centro irradiador que era o arraial de Sant'Ana, mais tarde capital do Estado.

Depois de implantado o núcleo, e assegurada a possibilidade de permanência, a organização espacial dos arraiais seguia a mesma lógica carregada de significados sociais, culturais e econômicos estabelecida pelo Código de Obras, conhecido como as *Ordenações do*

*Reino*, que regulava os arraiais até que se tornassem efetivamente vilas e assim dispusessem de Câmaras que estabelecessem, por sua vez, as suas próprias determinações. Uma das regras desse código, por exemplo, determinava que as casas deveriam “ser sempre fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior” (VASCONCELLOS, 1977, p. 92).

No caso das igrejas, passaram a ser codificadas em 1707 pelas *Constituições primeyras do arcebispado da Bahia*, publicadas em 1719, as quais refletiam a orientação rigorosa do Vaticano em todo o mundo. Essas normas, na opinião de Marx (1991), nos governaram espiritualmente, e estipulavam também como deveriam ser construídos os locais sagrados, como capelas e igrejas. Marx (1991, p. 22) destaca um trecho da constituição 687 desse documento “(...) se edifique em sítio alto, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares imundos, e sórdidos”, que demonstra que o costume de se destacar o templo na paisagem transcendia uma questão somente lógica, uma força da tradição ou uma aspiração estética. Era uma obediência à legislação.

O zoneamento inicial de um arraial, desde as Minas Gerais, se fazia de maneira empírica dentro de uma lógica que se repetia. A ambiência no começo era regida pela instabilidade e pela vontade de “extrair o máximo possível em um mínimo de tempo” (VASCONCELLOS, 1997, p. 121). Construía assim as primeiras moradias, com material ainda precário, próximo às minas, para abrigar os bandos de aventureiros ainda sem a constituição de famílias. Normalizando-se as explorações, o povoado inicial promovia melhoria nas casas que se organizavam geralmente em terreno mais alto, afastado dos locais de trabalho mineratório e em torno se construía as capelas provisórias — geralmente dedicadas ao santo celebrado no dia do descobrimento — de onde saíam os arruamentos. Originalmente o lugar abrigava os homens brancos, donos da mineração, em oposição a outro setor, próximo aos locais de exploração, destinado aos escravos que, em função dos trabalhos relacionados à mineração, estava sempre na parte mais baixa do povoado. Na parte mais alta, onde se situavam os brancos, os estabelecimentos se erigiam em lotes mais largos e casas bem elaboradas. Aí, depois de constituída a Vila, se organizavam os equipamentos urbanos e a estrutura administrativa.

O tecido urbano das cidades coloniais da mineração reflete, portanto, a realidade socioespacial da época, além de materializar as recomendações da Coroa, mesmo que muito genéricas, e as da Igreja, mais incisivas. A implantação de uma igreja, que deveria por regra estar afastada das demais construções, influenciava o sistema de ruas, a criação de largos e a implantação dos edifícios de maior relevância, não esquecendo que a urgência na implantação do núcleo em paralelo aos trabalhos da mineração não deixava tempo a muita elaboração

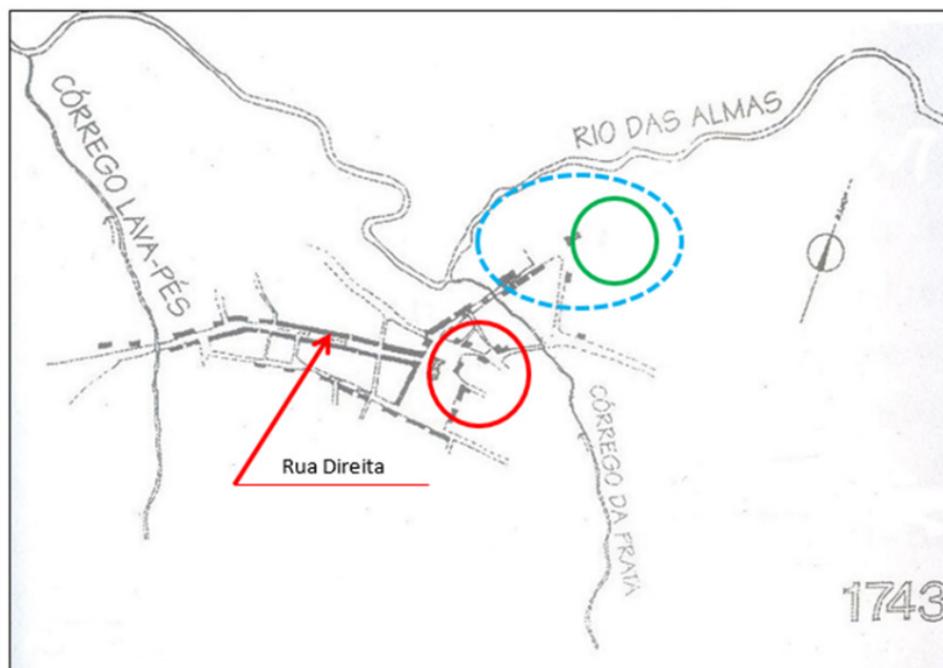
ou mesmo a pretensões de estratégias ou preparo do terreno para melhor acomodação do traçado.

O traçado viário decorrente desse período demonstra claramente as influências ibéricas de caráter popular e de origem árabe quando, tanto os espaços públicos quanto os particulares, se estabelecem em obediência aos indicativos da topografia irregular própria dos locais produtores de ouro já que a exploração era feita basicamente em aluvião, dentro dos cursos d'água. Assim, de acordo com Coelho (2007, p. 90), “tanto o rio quanto a estrada, passam a ser utilizados como eixo de orientação” estando o trabalho ligado ao rio, tendo a estrada implantada como elo de ligação entre os vários arraiais se apresentado como eixo condutor das mercadorias, dos produtos e, principalmente, como caminho de escoamento para o ouro destinado aos cofres portugueses, passando fundamentalmente pelo porto do Rio de Janeiro. Convém ainda observar, que

fazendo a ligação entre esses aglomerados, a estrada torna-se também um elemento comum a todos eles, tendo em vista o fato de não haver rupturas em seu percurso. Atravessa cada um dos núcleos populacionais existentes em seu trajeto, transforma-se, em seu interior, na via urbana de maior importância, a Rua Direita, fazendo geralmente a ligação de seu centro mais importante com os caminhos “extramuros” do povoado (COELHO, 2007, p. 92).

Tais observações levam a um entendimento quanto ao traçado dos núcleos, de que, mesmo com todas as determinações, tanto reais quanto eclesiásticas, o resultado da implantação dos núcleos era, sem sombra de dúvida, consequência de um conceito cultural e popular próprio dessa população aventureira, tendo em vista a quantidade de portugueses estabelecidos nas regiões mineradoras do interior do Brasil.

Figura 1 — Traçado urbano de Meia Ponte no período da mineração, século XVIII



**Fonte:** URBIS (2002, p. 6), adaptado pelos autores.

O traçado urbano representado acima remete aos anos iniciais de ocupação às margens do Rio das Almas, próximo das quais, embrionariamente, surgiu as “Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte”. Dois espaços são catalizadores do incipiente arruamento, o trecho da mineração (destaque em azul) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (destaque em vermelho) erigida entre 1728 e 1732, segunda paróquia mais antiga de Goiás (1736).

201

As primeiras ruas que surgiram no arraial possuíam caráter primordial de circulação. A primeira, Rua do Rosário, ligava o local de exploração aurífera à Matriz, ao redor da qual se criou o Largo, em obediência às normativas da época. Na outra extremidade da Rua do Rosário, afastada das demais construções, é percebida uma edificação. Trata-se da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (destaque em verde) erigida entre os anos de 1743 e 1757, conforme Jayme e Jaime (2002).

A escolha de estabelecer a maioria das construções locais na Rua das Bestas (Rua Direita) ocorreu não só por ser o caminho que levava à capital, mas pela posição geográfica de acompanhamento, mesmo que distante, do curso do Rio das Almas, o que propiciou controle de exploração do manancial. Outro fator importante advém da percepção dos movimentos das chuvas, que se direcionava tanto da nascente para o poente quanto o inverso, fazendo com que as construções ficassem com suas testadas protegidas das águas. Fator imprescindível ao considerar os subsídios construtivos: “os materiais básicos utilizados se resumem ao barro

(adobe, taipa de pilão e pau-a-pique), à argila (telhas capa e bica, ladrilhos cerâmicos), à pedra e à madeira (peças estruturais, elementos de acabamento), à argamassa e à cal (nas molduras e pinturas das paredes)” (VAZ; ZÁRATE, 2003, p. 62).

Vale lembrar que a casa nesse período era a unidade morfológica geradora do traçado urbano, e nos núcleos goianos o traçado, portanto, se apresentava de forma orgânica, além de ser um elemento marcante na composição da paisagem urbana, estabelecendo relações formais entre si e com o sítio, conferindo uma identidade ao local (VAZ; ZÁRATE, 2003).

O agrupamento urbano gerado a partir da ligação entre o lugar de extração do ouro e da Matriz que constitui um Largo, onde também estava inserida a edificação destinada à Câmara e Cadeia, passa a regular a vida cotidiana local, zelando para que a comunidade local cumpra os preceitos lusitanos em terras localizadas no sertão do Brasil, assim como os princípios do catolicismo, mesmo diante de uma população quase que majoritariamente negra descendente do continente africano.

Ainda no ápice da mineração a configuração urbana considerou as edificações religiosas de Meia Ponte como referenciais, pois estavam concentradas, em especial, nos extremos da ocupação populacional. As capelas delimitavam o espaço urbano com as vias públicas e as demais construções por onde circulavam a sociedade, a economia e as manifestações festivas, em especial as dedicadas à padroeira, que a cada outubro possibilitava externalizações de religiosidades e sociabilidades. As procissões eram as festas promovidas pela Igreja e que tinham por trajeto as proximidades dos templos religiosos, mas serviam também como materialização do poder dos mineradores que se estabeleceram em Meia Ponte (CURADO, 2006).

No decorrer da exploração do ouro, as Minas se transformam administrativamente em Distrito (1732) e, em seguida, em Arraial (1736), prosperando mesmo após o declínio da produção aurífera, quando a povoação ganha maior importância regional. Tal situação decorre da posição geográfica de Meia Ponte com o sítio urbano entrecruzado pelos caminhos vindos de Bahia, Cuiabá, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo e que demandavam para Vila Boa e demais estradas principais escoamento de mercadoria, tanto para o oeste quanto para o sul (MAGALHÃES; ELEUTÉRIO, 2008). Localmente, a população também sobrevivia das exportações de produtos agrícolas, bem como de um possível comércio de escravos. O argumento para tal afirmação é apresentado por Costa (1978, p. 31):

Pela posição geográfica de Meia Ponte — o entroncamento de diversos caminhos — é provável que ali se tenha desenvolvido o tráfico de escravos, suposição que é corroborada pelo posterior crescimento da agricultura de exportação na região.

A produção do ouro em Goiás passou por decréscimos a partir de meados do século XVIII, situação que se intensificou a partir do terceiro quartel, o que incentivou o crescente abandono de núcleos mineradores e até mesmo de arraiais. A população que permaneceu dispersou-se pelas áreas rurais constituindo fazendas em que a agropecuária de subsistência prevalecia, utilizando, ainda, o trabalho escravo.

### **A evolução do traçado urbano em Pirenópolis: espacialização e conformidade**

O arraial de Meia Ponte foi elevado à Vila em 1832 e à condição de cidade em 1853, e somente em 1890 passou a denominar-se Pirenópolis. Nesse período vivenciou de uma vez só o ápice da mineração, o esgotamento do ouro e a migração para a atividade agropecuária em diferentes escalas. Entre estas atividades, destacava-se a de subsistência, inserida próxima ao espaço urbano completava os vazios da Vila, a desenvolvida, por exemplo, na fazenda Babilônia, antigo Engenho São Joaquim, localizada na zona rural e distante a 24 Km da cidade, e considerado um dos maiores engenhos de açúcar do Brasil, produzindo no século XIX diversos produtos em escala industrial (OLIVEIRA, 2001).

203

Assim como em outros arraiais goianos, as atividades agrárias contribuíram para a manutenção do núcleo urbano meiapontense. De acordo com Oliveira (2010, p. 32), “o arraial preservava um sentido urbano próprio do período aurífero, mas acentuava as características agrárias advindas das atividades que norteavam a economia provincial daquele momento”. Ainda para ela, o caso específico de Meia Ponte denota a necessidade de se olhar o núcleo urbano também a partir das relações que ele estabelecia com as propriedades rurais, caracterizadas principalmente pela autossuficiência e pela pequena produção.

No que diz respeito ao tecido urbano, pode-se dizer que ele permaneceu sem alterações significativas nesse processo de modificação das estruturas econômicas. Na realidade, a estagnação garantiu a preservação da feição original do núcleo, possibilitando a permanência do seu conjunto urbano com a morfologia característica das cidades coloniais brasileiras de ocupação em função da mineração. Outro fator importante é o fato de Pirenópolis não ter se vinculado aos novos caminhos da modernidade traçados pela ferrovia (OLIVEIRA,

2010, p. 36). Foi somente com a construção de Brasília em 1960, que se inicia modificações e situações que redefiniram o espaço urbano e a ambiência da cidade.

Recorrendo à historiografia, é possível encontrar as primeiras descrições do arraial feitas pelos viajantes europeus que estiveram nas terras meiapontenses no início do século XIX. Foram eles, o austríaco Johan Emanuel Pohl e o francês Auguste de Saint-Hilaire, que descreveram o traçado urbano de Meia Ponte, tomando a Igreja Matriz por referencial. Pohl afirma que a maior parte do arraial “ocupa uma colina em cujo sopé fica, numa praça aberta e quadrada, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, exteriormente insignificante, porém espaçosa” (1976, p. 116). Saint-Hilaire comprova as informações ao confirmar o traçado urbano: “a igreja paroquial, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, é bastante ampla e fica localizada numa praça quadrangular” (1975, p. 35).

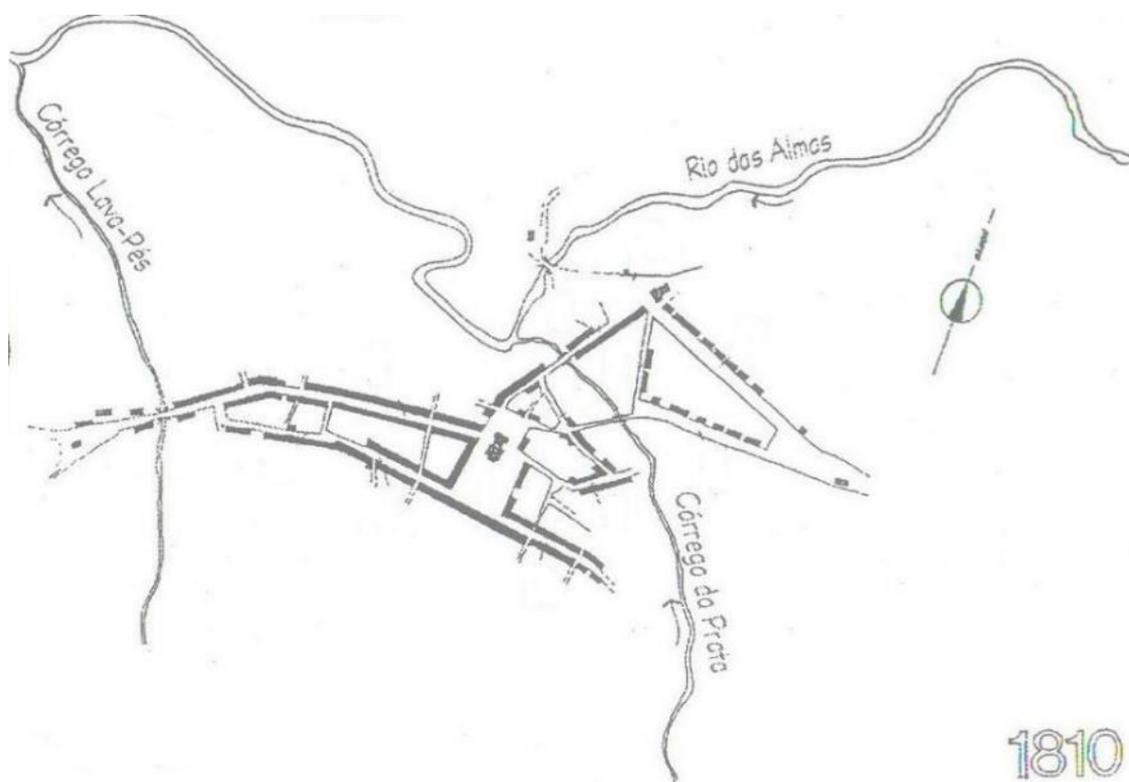
204 Saint-Hilaire observou que “as ruas são largas, perfeitamente retas e com calçadas dos dois lados” (p. 36). Pohl apresenta detalhamento ao informar que: “todas as ruas são retas e têm até passeios de xisto quartzífero. Das três ruas principais uma é calçada” (p. 116). A rua pavimentada seria a do Rosário, a segunda seria a das Bestas, que teve seu nome alterado para Rua Direita e a terceira, a Rua Nova, paralela à anterior e também ocupada por diversos estabelecimentos, em especial os de propriedade do comendador Joaquim Alves de Oliveira; dentre os quais a sede da *Tipografia Oliveira* que publicou entre os anos de 1830 e 1834 o *Jornal Matutina Meiapontense*, cuja circulação se dava às terças e quintas-feiras e dedicava a divulgar notícias locais, de Goiás, de Mato Grosso e do Rio de Janeiro, já capital do Brasil Império.

Saint-Hilaire registra que o arraial “tem praticamente o formato de um quadrado e conta com mais de trezentas casas, todas muito limpas, caprichosamente caiadas, cobertas de telhas e bastante altas para a região” (1975, p. 36). O francês continua definindo a dinâmica urbana no período (1819): “ainda hoje a maioria dos habitantes de Meia Ponte se dedica à agricultura e como só vão ao arraial aos domingos, as casas permanecem vazias durante toda a semana” (1975, p. 37), seguindo, pelo que pode perceber, uma tradição e uma maneira de habitar o território, característica que se iniciou no século XVI no Brasil e que durou até o século XIX.

Percebe-se na figura 02, que o traçado urbano não sofre alterações, mas complementações principalmente com a consolidação da ocupação de algumas vias que passam a ser mais adensadas com a construção de edifícios que seguem a mesma lógica do século XVIII, assim

como a continuidade linear de vias e quadras novas, principalmente na porção norte da cidade.

Figura 2 — Traçado Urbano de Meia Ponte no período da agropecuária, século XIX



205

**Fonte:** URBIS (2002, p. 6), adaptado pelos autores

A localização de Meia Ponte sempre foi um ponto favorável no seu desenvolvimento. Implantada no cruzamento de caminhos vitais para a Capitania, e posteriormente Província, alcançou lugar de destaque e sobreviveu mesmo quando outras regiões se enfraqueceram em decorrência das mudanças econômicas. Palacín (1994, p. 138) lembra que esse fator foi decisivo para a prosperidade do lugar, e reforça que:

no sul algumas cidades, seja pelo funcionalismo, como a capital, ou por gozar de uma posição privilegiada no entroncamento das vias de comunicação, como Meia Ponte, e em todo caso pela maior densidade populacional e a maior proximidade de zonas mais desenvolvidas como Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, a vida urbana conservou-se como em redomas e até certos requintes.

Apesar da distância com a sede da capitania de Goiás, Vila Boa, local de efervescência natural e rival desde os tempos de arraial, Meia Ponte não deixava a desejar em relação à animação da vida urbana. Devido à intensa troca de informações propiciada pelos viajantes, pela existência de um jornal de referência como o *Matutina*, além de uma agitação cultural alegrada por bandas de música, e por apresentação de óperas e peças teatrais (SOUZA, 1998), assim como as festividades dos negros que percorriam as ruas da cidade, (LÔBO, 2006) e as festividades ligadas ao Divino Espírito Santo (BRANDÃO, 1978; SILVA, 2001; MAIA, 2002), a Vila de Meia Ponte se destacou na produção cultural servindo ainda hoje como paradigma na análise da representação da cultura goiana no cerrado brasileiro.

Foi no decorrer do período de interiorização propiciado pela agropecuária que a Festa do Divino<sup>4</sup> suplantou a festa da Padroeira, até então o maior evento não só em Meia Ponte, mas em várias outras localidades goianas, como constatou D'Abadia (2014). Assim, há concordância com o exposto por Piccinato Junior e Salgado (2014, p. 117), de que

nessa busca pelo passado, com relação à história dos *status* urbanos, não devemos nos ater exclusivamente aos vestígios concretos, isto é, às formas materiais que, de alguma maneira, (re)configuraram a paisagem de muitas cidades, mas também às articulações e manobras dos interessados.

Diferente de outras localidades em Goiás que se viram fragilizadas pela decadência do ouro, incluindo aí a própria Vila Boa, em Meia Ponte percebeu-se um fortalecimento da economia no século XIX em função do bom desenvolvimento da produção agropecuária e da sua atuação como um importante entreposto comercial. Mais uma vez, a localização privilegiada garantia esse bom desenvolvimento e operacionalidade do escoamento da produção que começava a se destacar no cenário nacional. Oliveira (2001, p. 103) sinaliza a postura de “resistência de Meia Ponte diante da síndrome da decadência” apresentada por esse núcleo. A civilidade que se vivenciava nesse aglomerado transbordava para seu espaço público e nos edifícios de cunho cultural e educacional. Na segunda metade do século XIX existia um importante teatro, palco de manifestações culturais que já aconteciam nas

---

4 A Festa do Divino de Pirenópolis foi a segunda manifestação religiosa do país a ser inscrita como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro (IPHAN, 2017), reforçando a sua importância para o cenário nacional e indicando a ampliação da própria noção de Patrimônio Cultural no Brasil. Desde a Constituição de 1988 a necessidade de ampliação é sinalizada, mas, na prática, são ações como essa, que registra em 2010 oficialmente essa manifestação como patrimônio imaterial é que vão auxiliar no reconhecimento amplo de vários aspectos da nossa cultura.

ruas. Um espaço urbano culturalmente ativo que, porém, sofreu poucas alterações, mas foi se adaptando às novas necessidades. Consolida-se a sua estrutura inicial adensando e fortalecendo o protagonismo de suas igrejas que irradiam as vias, dando forma à ossatura do núcleo inicial da cidade que conhecemos hoje.

### **Narrativas urbanas contemporâneas: Pirenópolis nas últimas décadas**

Se Pirenópolis conseguiu passar pelo século XIX sem modificações expressivas em sua estrutura, o mesmo não pode se afirmar sobre o século XX que desencadeou transformações decisivas no caráter e na ambiência urbana do importante núcleo urbano histórico de Goiás. Um primeiro movimento nesse sentido foi causado pela construção de duas cidades novas, planejadas para serem capitais — Goiânia (1933) e Brasília (1960).

Diferentemente das cidades do Sudeste Goiano que passaram por um desenvolvimento transformador, acelerando o processo de urbanização da região com a implantação da estrada de ferro a partir de 1912, em Pirenópolis foi a construção da capital do Estado que impulsionou um processo modernizador, capaz de ser notado através da modificação em sua arquitetura e de um crescimento urbano que depois foi intensificado pela construção de Brasília, e que trouxe não só novas possibilidades de se agenciar o espaço, mas, também, um contingente expressivo de novos visitantes que queriam usufruir e se aproximar da cidade tradicional. 207

Novos loteamentos, desenho de quadras regulares, inserção de ruas novas sem integração com o tecido colonial (ALMEIDA, 2006), passam a configurar uma nova paisagem urbana. Novos gostos e referências, vindos com a proximidade com uma cidade projetada com novos princípios urbanísticos, e a possibilidade de utilizar materiais construtivos industrializados que chegavam com mais facilidade devido à implantação da estrada de ferro, em 1935, na cidade de Anápolis, que fica a 64 km de Pirenópolis, contribuíram para a modificação de fachadas e, também, para a inserção de diferentes modelos de arquitetura que se levantavam depois da demolição dos exemplares coloniais. Tendências do ecletismo, do Art Déco e depois do modernismo, passaram a conviver e a contrastar com a cidade colonial.

Além da modificação na estrutura física, percebe-se também uma mudança na dinâmica do cotidiano pirenopolino. Um núcleo colonial preservado, com tantos atrativos históricos e culturais, além de recantos naturais interessantes, começa a atrair um número expressivo de turistas. Com o incremento da infraestrutura viária em função das novas cidades e pela

facilidade de acesso, essa atividade começa a emergir já no final dos anos 1950, e vai se intensificar no final da década de 1980. De acordo com Curado (1980), a proximidade com Brasília foi o motor propulsor do turismo na cidade que se apresentou, porém, com duas faces. Uma que colocou a cidade como potencial turístico econômico no Estado, outro que provocou um processo acelerado de modificações e descaracterizações nas edificações e paisagem, além da perda de grande número de seu patrimônio móvel, que foi vendido ou levado indiscriminadamente.

Apesar de todo o potencial cultural no núcleo urbano de Pirenópolis, pode-se dizer que a preocupação com a preservação do patrimônio histórico cultural e urbano da cidade aconteceu de forma tardia, já que foi somente em 1990 que o conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico foi tombado pelo Iphan. Antes disso, somente dois registros individuais foram feitos pelo Governo Federal nos Livros do Tombo, com a proteção legal dada em 1941 à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e de todo o seu acervo e, em 1965, à sede da Fazenda Babilônia. Além do Iphan, em 1980, o Estado efetuou o tombamento de três outros edifícios importantes: o Teatro Sebastião Pompeu de Pina, o Cine Teatro Pireneus e a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim.

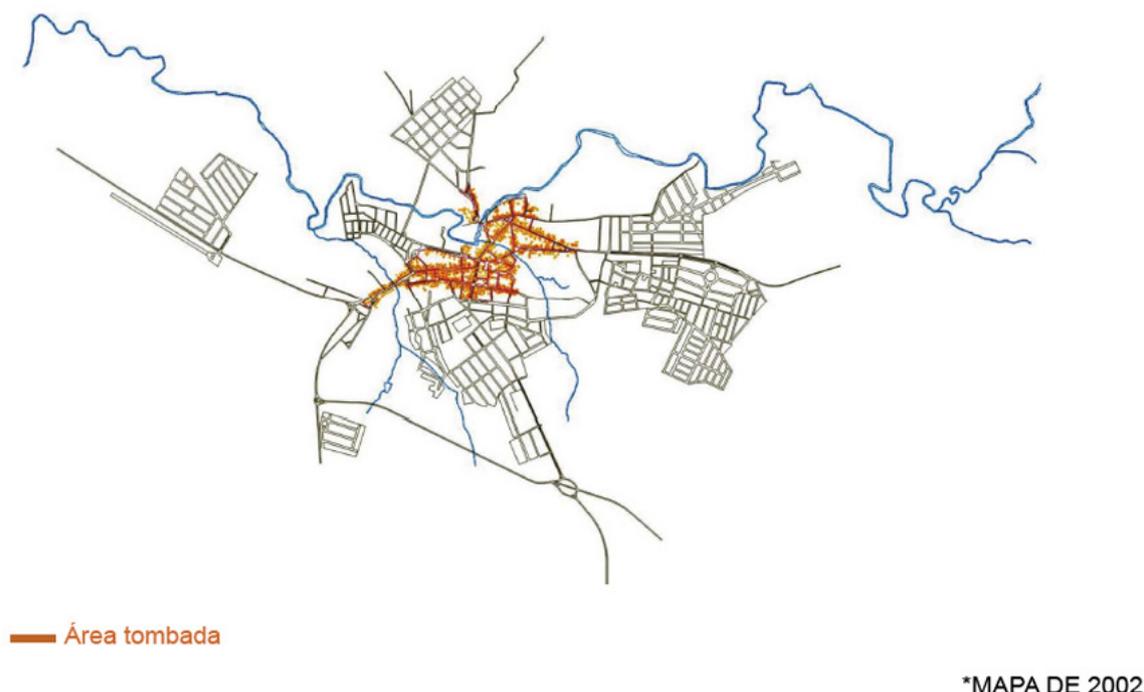
No cenário internacional, desde a década de 1960, já se discutia a importância da preservação da “beleza e o caráter das paisagens e sítios” (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962), indicando inclusive a necessidade de se inserir restrições nos planos de urbanização como meio de controlar atividades susceptíveis de causar danos às paisagens e aos sítios. Em 1967 um importante documento denominado “Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico” (NORMAS DE QUITO, 1967), foi elaborado colocando em pauta o valor econômico do patrimônio monumental, e a adequada conservação e utilização que monumentos e sítios de interesse histórico deveriam ter face à constatação do acelerado processo de empobrecimento que a maioria dos estados americanos estava atravessando. O debate sobre turismo e preservação estava em andamento. Buscava discutir a valorização do patrimônio através de legislação eficaz, organização, técnica, planejamento nacional e a integração dos projetos culturais e econômicos.

A Portaria de Tombamento do conjunto urbano de Pirenópolis só foi publicada em 1995 (IPHAN, 1995) e normatiza as intervenções que podem incidir na área de proteção, constituída pelo Centro Histórico e Entorno. O destaque em verde indica o espaço delimitado pelo polígono do tombamento, representado a seguir. Tem como base cartográfica o ano 2000, parte do processo de expansão, por décadas, a partir dos anos 1970, e visa uma melhor

compreensão das significativas alterações urbanísticas de Pirenópolis, em especial após a segunda metade do século XX.

Figura 3 — Espaço Urbano de Meia Ponte no início do século XXI

### Mapa de Pirenópolis



209

**Fonte:** ALMEIDA (2006, p. 64). Mapa elaborado em 2002.

Siqueira (2004), ao estudar a *Identidade territorial de Pirenópolis*, alerta para quatro momentos distintos, mas que são simultâneos e às vezes se sobrepõem, e que caracterizam mudanças ocorridas nos últimos anos: 1) movimento do rural para o urbano, 2) movimento do centro para a periferia, 3) movimento de transformação periférica e 4) movimento do fechamento privativo do espaço.

Tais movimentos podem ser compreendidos em termos de ocupação e circulação, considerando a historicidade do conjunto urbanístico nuclear pirenopolino como um processo de *gentrificação* que, segundo Smith (2006), não envolve apenas mudança social, mas afeta na mesma proporção o fato físico do morar, combinado com as políticas de reabilitação de áreas a serem ocupadas por classes sociais com melhor situação financeira, tornando inevitável a especulação imobiliária.

Em Pirenópolis, esse processo pode ser mais bem compreendido por meio das dinâmicas urbanísticas, considerando que

a cidade tem passado por intensas transformações provocadas pelo êxodo rural e o aumento do número de moradores vindos de outras regiões, vivenciando um tempo peculiar e preocupante em relação ao seu desenvolvimento urbano. Assim como o crescimento aleatório do turismo que vem transformando as antigas residências de famílias tradicionais em pousadas, restaurantes, bares, lojas e similares chegando a descaracterizá-las em alguns pontos (CURADO e LÔBO, 2005, p. 3913).

Um fator importante a ser observado é que o período do Tombamento foi concomitante à intensificação das atividades turísticas em Pirenópolis, o que possibilitou consciência de preservar o patrimônio, mesmo que o adaptando ao novo contexto histórico. A ocupação e a dinâmica urbana perpassam a transferência de imóveis situados no Centro Histórico e pertencentes às gerações da mesma família para um investidor desconhecido até então, o que, segundo Almeida (2006, p. 140):

na maioria das vezes, este novo proprietário tem como incentivo o investimento no turismo, transformando a casa antes residencial, em um imóvel comercial, seja restaurante, pousada, ou simplesmente loja de artesanato. Esta mudança no uso do imóvel não altera apenas a fachada do casario colonial, mas vem refletir gradativamente no urbano, pois ruas antes de caráter residencial, transformam-se em ruas inteiramente voltadas para o comércio turístico.

Situação ocorrida com a Rua do Rosário, que concentra atualmente o polo gastronômico local, com restaurantes de especialidades diversas e, também, bares. Uma legislação municipal transformou o logradouro em Rua do Lazer, impediu a circulação de veículos e dificulta ainda hoje a passagem dos transeuntes. Houve ainda alteração dos trajetos das procissões por aquela via urbana. Como bem indicaram Costa, Brusadin e Pires (2012) existem questões complexas quando se relaciona patrimônio e turismo, constituindo limiar entre história, território e poder.

O traçado urbanístico que compõe o Centro Histórico de Pirenópolis não é apenas um cenário para o turismo, constitui-se enquanto palco das atuações turísticas em que atores locais e visitantes interagem diante de grande número dos equipamentos turísticos, como são tecnicamente designados meios de hospedagem, alimentação, artesanatos, agências e demais

suportes auxiliares necessários em um destino receptor.

Além dos empreendedores, locais ou não, há também incentivos diversos pelas políticas municipais, estaduais e federais no intuito de contribuir para a melhoria do turismo em Pirenópolis, por meio de cursos, capacitações, consultorias, priorizando a profissionalização do turismo na localidade.

Destarte, o turismo, principalmente nas últimas décadas, é uma atividade que vem se consolidando no município e novos espaços são abertos e incorporados à dinâmica turística na cidade. Impulsionado por políticas públicas implantadas pela Agência Goiana de Turismo, antiga Empresa Goiana de Turismo, por meio da regionalização das potencialidades, Pirenópolis é o município alocado na Região do Ouro do Estado de Goiás que se sobressaiu dentre os demais. Por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo e pelo Programa de Regionalização do Turismo, desenvolvidos pelo Ministério do Turismo, Pirenópolis foi recentemente classificado como um destino categoria A (MTur), tendo por justificativa aspectos do traçado urbanístico que remontam a história da cidade: “ruas de pedra e casarios ainda no estilo colonial, a cidade aconchegante oferece, aos visitantes, opções de lazer diversificadas” (MTur).

211

Chegar ao “topo do ranking do turismo nacional”, como afirma a notícia ainda em tela, não indica que todas as demandas para receber e para se viver bem no município foram supridas. Pelo contrário, há muitos problemas a serem enfrentados, como o grande congestionamento de veículos pelas antigas ruas calçadas de pedras que compõem o conjunto urbanístico, ladeadas pelo casario que remonta ao período da mineração.

## **Considerações finais**

A ação proposta de investigar a trajetória da cidade de Pirenópolis na história, por meio do seu espaço urbano, mais especificamente do seu traçado urbano, materializado e iniciado a partir do acesso entre o Rio das Almas (local de extração aurífera) e o Largo da Matriz, centro irradiador da religião e do controle colonial local, visa compreender um pouco mais sobre este importante destino turístico atual, ao longo de quase três séculos.

Considerando o universo urbano como um palco, foi proposto um estudo em três atos, que abarca períodos distintos que produzem, consomem e transformam o conjunto urbanístico de acordo com as demandas de cada instante. No breve ato da mineração, a

introdução e o prólogo do enredo da ocupação, em que personagens diversos se encontram ainda no prosclênio em busca do ouro, mas que diante do sucesso passam a criar a cenografia, em especial o espaço religioso, como exigia o roteiro.

Após o esgotamento do ouro o cenário urbano é subutilizado, uma vez que a agropecuária passa a ser a ocupação principal. Mas o traçado urbano passa a ser o palco dos encontros entre moradores e viajantes; as ruas palcos improvisados de peças teatrais, assim como via para as procissões, cortejos e desfiles e alvoradas de banda de música.

O terceiro ato tem por argumento o desenvolvimento do traçado urbanístico, da implantação de outras tendências arquitetônicas e por ocupações espaciais por turistas, atores coadjuvantes, mas com atuação preponderante na manutenção do conjunto que constitui o palco pirenopolino.

Ademais vale ressaltar que o epílogo desta épica história de preservação de Pirenópolis ainda não foi escrito, e são as ações presentes que vão tecendo esta trama interativa na dimensão urbanística, arquitetônica e paisagística.

212 Diante da quase ausência de estudos mais aprofundados sobre a relevância urbanística de Pirenópolis, de antigas minas de Nossa Senhora do Rosário a circuito de turismo nacional, buscamos, brevemente, contribuir para o preenchimento desta lacuna.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miriam de Lourdes. Pirenópolis e o impacto do tombamento. Brasília: FAU, 2006. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Curso de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Divino, o Santo e a Senhora. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1978.
- CARTA DE PETRÓPOLIS. Seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos (1987). In: Cartas Patrimoniais. Brasília: Iphan, 1995.
- COELHO, Gustavo Neiva. Arquitetura da mineração em Goiás. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2007.
- COELHO, Gustavo Neiva. O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular. Goiânia: Ed. UCG, 2001.
- COSTA, Everaldo Batista da; BRUSANDIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.). Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 213
- COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. Arraial e Coronel: dois estudos de história social. São Paulo: Cultrix, 1978.
- CURADO, Glória Grace. Pirenópolis: uma cidade para o turismo. Goiânia: Oriente, 1980.
- CURADO, João Guilherme; LÔBO, Tereza Caroline. Herança ibérica na América Latina: as procissões católicas de Pirenópolis-GO. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINAS (EGAL) - POR UMA GEOGRAFIA LATINO-AMERICANA: DO LABIRINTO DA SOLIDÃO AO ESPAÇO DA SOLIDARIEDADE. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 3904-3916. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/18.pdf>
- CURADO, João Guilherme. As alterações ocorridas na paisagem por onde passam as procissões de Pirenópolis – Goiás: 1920 a 2005. Goiânia: IESA/UFG. 2006. 191f. (Mestrado em Geografia).
- D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. Diversidade e identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade-GO. Jundiáí/SP:

Paco Editorial, 2014.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. USP/Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

IPHAN. Legislação de Proteção de Pirenópolis-GO. Brasília: Iphan, 1995.

IPHAN. Cartas Patrimoniais. Brasília: Iphan, 1995a.

IPHAN. Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis-Goiás. Brasília: Iphan, 2017.

JAYME, Jarbas. Esboço Histórico de Pirenópolis. Goiânia: UFG, 1971.

JAYME, Jarbas; JAIME, José Sisenando. Casas de Pirenópolis: casas de Deus e casas dos Mortos. Goiânia: UCG, 2002.

LÔBO, Tereza Caroline. A singularidade de um lugar festivo: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito em Pirenópolis/Goiás. Goiânia: IESA/UFG, 2006. 152f. (Mestrado em Geografia).

MAGALHÃES, Luiz Ricardo; ELEUTÉRIO, Robson. Estrada Geral do Sertão: na rota das nascentes. Brasília: Ed. Terra Mater Brasilis, 2008.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo – Pirenópolis: a tradição cavalheiresca e sua rede organizacional. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002. 300 f. (Doutorado em Geografia).

MARX, Murillo. Cidade no Brasil terra de quem? . São Paulo: Edusp, 1991.

MELLO E SOUZA, Laura. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Pirenópolis atinge o topo do turismo nacional. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10719-piren%C3%B3polis-atinge-o-topo-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em 10/02/2018.

NORMAS DE QUITO. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico (1967). <Disponível em : <http://portal.iphan.gov.br/>

pagina/detalhes/226>. Acesso em 23/02/2018.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz. Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense. Goiânia: Agepel, 2001.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz. Fazendas Goianas: a casa como universo de fronteira. Goiânia: Editora UFG, 2010.

PALACÍN, Luís. O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. História de Goiás. 7. ed. Goiânia: Ed. Vieira/Ed. UCG, 2008.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu; SALGADO, Ivone. Tendências gerais dos status urbanos no nordeste paulista. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 21, n. 28, p. 100-119, 2014.

POHL, John Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1978.

215

RECOMENDAÇÃO DE PARIS. Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Conferência da ONU, Paris, 1962. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: em 23/02/2018.

REIS, Nestor Goulart. Evolução Urbana do Brasil 1500/1720. São Paulo: Pini, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de Goiás. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP, 1975.

SILVA, Mônica Martins. A festa do Divino: Romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis (1890-1988). Goiânia: Agepel, 2001.

SIQUEIRA, Josafá Carlos. Pirenópolis: identidade territorial e biodiversidade. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2004.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. A “era” dos barracões: uma abordagem histórico-social da ópera em Pirenópolis - século XIX. Goiânia: EMAC/UFG, 1998. 110f (Mestrado em

Música).

URBIS. Programa de reabilitação urbana de sítios históricos: Pirenópolis. Pirenópolis, 2002.  
42p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Vila Rica. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloísa Veloso e. A casa goiana: documentação arquitetônica. Goiânia: Ed. UCG, 2003.